

## **Desindustrialização abismo abaixo: dependência cambial e abandono das políticas de competitividade no Brasil**

Rodrigo Hisgail Nogueira<sup>1</sup>

### **Introdução**

Se é verdade que as políticas macroeconômicas implementadas nos últimos anos no Brasil conduziram o país ao alcance da estabilidade monetária e fiscal, também é fato que a adoção do receituário neoliberal comprometeu o parque industrial nacional, não apenas levando à perda da competitividade dos produtos brasileiros com similares no mercado internacional, mas ao completo abandono do seu potencial de crescimento e diversificação.

A partir da análise das políticas cambiais adotadas no Brasil desde a implementação do plano Real (1994), o artigo procura demonstrar como a taxa de câmbio, instrumento estratégico para a inserção do país no mercado internacional, tornou-se acessória ao caso brasileiro. Apesar de cumprir com seu papel de elevar o ingresso de divisas ao país, a sobrevalorização do Real verificada nos anos 2000 desarticulou as cadeias produtivas nacionais, só sendo possível graças ao período de maior liquidez internacional, especialmente pelo *boom* da economia chinesa e elevação dos preços das principais *commodities* comercializadas internacionalmente pelo país.

Na primeira metade dos anos 2010, com a desaceleração do ritmo de crescimento internacional e os desequilíbrios crescentes nas contas externas do Brasil, a taxa de câmbio voltou a ser desvalorizada, mas sem que com isso fosse verificada melhoras atribuídas ao adensamento industrial no país. Ao contrário, as políticas

---

<sup>1</sup> Consultor do Sebrae-SP. Economista e mestre pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política da PUC-SP. E-mail: rodrigojohn@yahoo.com.br.

de competitividade como um todo, especialmente a industrial, geraram benefícios reais insuficientes que agravaram o grau de industrialização do país, fenômeno conhecido por *desindustrialização*.

Subdividido em três seções, que se seguem a essa introdução, a primeira apresenta os efeitos da política cambial para a estrutura produtiva nacional, configurando-se como a única medida capaz de reverter, no curto prazo, a competitividade sistêmica do país em relação ao exterior. A segunda seção discute como as políticas de competitividade industrial, tão importantes para promover a diversificação da economia e a transformação das estruturas produtivas a longo prazo, têm sido pouco eficientes no caso brasileiro.

A terceira e última parte, finalmente, analisa a intensificação do fenômeno da desindustrialização precoce no Brasil. A contar de sucessivas análises sobre os ciclos produtivos industriais, do emprego, da agregação de valor industrial, da especialização produtiva e reprimarização da pauta exportadora, o processo de desindustrialização intensificado no Brasil ao longo dos anos 2000 configura-se como uma trajetória abismo abaixo na tentativa de proteger e diversificar o potencial produtivo da indústria nacional.

## 2.1 Política cambial no Brasil

Diante da volatilidade determinada pela lógica financeira da globalização, que se baseou principalmente na expansão do sistema de crédito “sob a forma de capital portador de juro”<sup>2</sup>, a base da política macroeconômica no Brasil tornou-se orientada, desde 1999, pelo chamado “tripé” macroeconômico brasileiro. A medida consiste na relação existente no trinômio determinado pelo conjunto das políticas de responsabilidade fiscal, metas de inflação e câmbio flutuante com quase completa liberdade de movimento de capitais.

---

2 No Livro III de “O capital”, Karl Marx (1981) explica como ocorreu a expansão da “finança capitalista” e consequentemente do sistema de crédito “sob a forma de capital portador de juro”, segundo o ciclo D – D’. Para o autor, “em D – D’ temos a forma vazia do capital, a perversão, no mais alto grau, das relações de produção, reduzidas a coisa: a figura que rende juros, a figura simples do capital, na qual ele se constitui condição prévia do seu próprio processo de reprodução” (Op. cit., 1981, p.452). Segundo François Chesnais (2010), “o capital afirma hoje a um grau jamais atingido antes, os atributos que o fazem ‘valor em processo’, uma força impessoal voltada exclusivamente para sua autovalorização e sua autorreprodução” (Op. cit, 2010, p. 98). Nesse sentido, Antônio C. de Lacerda (2004) considera que ela não se contrapõe à globalização produtiva. “Na medida em que ocorre uma interligação crescente entre as estratégias dos grandes conglomerados industriais, que não mais restringem sua atuação aos ramos industrial ou financeiro, mas correlacionam essas atividades, ela – a financeirização – dá as cartas da globalização” (Op. cit., 2004, p. 18).

No caso brasileiro, sua adoção representou, por um lado, um avanço para a estabilidade macroeconômica do país, levando ao balanceamento das Contas Nacionais. Destaca-se a geração de superávits primários e equilíbrio monetário na maior parte do período, especialmente determinados pela elevação sistemática da taxa básica de juros brasileira e, finalmente, à maior flexibilidade da flutuação da taxa de câmbio.

Apesar dos avanços para a estabilidade do ambiente macroeconômico do país, o tripé revela, por outro lado, controvérsias no que toca ao êxito das suas medidas, especialmente à utilização da política cambial para o combate à inflação e aos reflexos negativos da valorização cambial para a estrutura produtiva do país.

Considerada o preço relativo da moeda local em relação ao padrão monetário internacional, neste caso o dólar, a taxa de câmbio é um fator estratégico para a inserção competitiva de um país no mercado internacional. De modo geral, infere-se que quanto mais valorizada a moeda local, mais caros os preços relativos dos produtos nacionais em comparação aos mesmos produtos no exterior, provocando a queda da produção desses bens no país.

Nesse sentido, Nelsivan G. Bispo *et al.* (2014) consideram que a taxa de câmbio é entendida como a principal ferramenta de política industrial existente no Brasil. Para os autores, “a desvalorização cambial pode alterar a relação de exportação/importação e provocar mudança na composição das exportações de bens tradicionais para industrializados” (Ibid. p. 63). Uma taxa de câmbio de equilíbrio, nestas condições, não apenas estimularia o grau de industrialização, como também seria capaz de promover uma mudança estrutural na economia.

Após a implementação do Plano Real (1994) baseado no sistema da “âncora cambial”, que freou o processo de inflação crônica, a liquidez em abundância nos mercados internacionais permitiu ao Brasil receber grande influxo de capitais internacionais de toda ordem. Na explicação de Luiz Gonzaga Belluzzo e Gabriel Galípolo (25/05/2016), a deflação dos mercados globalizados no início dos anos 90 foi o que permitiu a volta dos fluxos de capitais a partir de 1992: “dinheiro caçando rendimentos”.

Como forma de sustentar o êxito da Unidade Real de Valor (URV) na troca de moedas para o Plano Real, a política econômica do primeiro governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) deu absoluta prioridade à consolidação de um ambiente de estabilidade de preços no Brasil e o Real permaneceu valorizado sob um regime cambial semifixo de bandas de minidesvalorizações (LACERDA, 2004, p. 68-70). Tal processo que levou à desvalorização do Real em relação ao Dólar a um ritmo relativamente estável (Gráfico 1), permitindo a contínua ampliação do componente que correlaciona a formação da taxa de juros.



**Gráfico 1** Taxa de câmbio US\$/R\$ diário.

Fonte: BCB. Elaboração do autor

No entanto, diante da queda da liquidez internacional, após as crises externas (Ásia, em 1997, e Rússia, em 1998), e para conter o agravamento do déficit em Transações Correntes que alcançava o maior patamar da história ao final de 1998 (US\$ 33,9 bilhões), a sustentação dos influxos de capital só poderiam ser mantidos com a desvalorização do Real. Neste cenário de instabilidade e dificuldade de obtenção de novos financiamentos ocorreu a crise do Real (1999) (LACERDA, 2004, p. 70-3).

Neste momento, segundo Gesner Oliveira e Frederico Turolla (2003), “o sistema de bandas deu lugar a um regime de flutuação suja” (Op. cit., 2003, p. 203), ou seja, uma taxa de câmbio flutuante operacionalmente administrada pelo Banco Central por meio da compra e venda de reservas cambiais e oferta de títulos públicos indexados à taxa de câmbio. E, na tentativa de reequilibrar as contas externas do país, a cotação chegou a US\$ 1,0 : R\$ 3,96 em outubro de 2002.

A inversão da trajetória da taxa de câmbio ao longo do Governo Lula (2003-2006 e 2007-2010) só foi possível, contudo, pelo quadro de liquidez internacional formada principalmente pelo *boom* da economia chinesa. Ao pressionar à elevação do preço das principais *commodities* internacionais, aumentando o influxo de divisas ao país, a situação internacional possibilitou com que o Real fosse sobrevalorizado durante praticamente todo o período, passando a ser utilizado como instrumento de política monetária.

Considerando os dois anos e meio entre o segundo semestre de 2008 e 2010, correspondentes à crise financeira mundial de 2008/09, que levou à fuga do capital estrangeiro das bolsas de valores, em busca de mercados considerados mais seguros, o Real sofreu sobrevalorização de outubro de 2002 a agosto de 2008, quando atingiu US\$ 1,0 : R\$ 1,56, o menor valor registrado em quase dez anos. Após a breve desvalorização sofrida durante a crise, o Real voltou a se valorizar atingindo US\$ 1,0 : R\$ 1,54 em julho de 2011.

Antes de apontar a uma linha heterodoxa, ou ainda, intervencionista, o Governo Lula decidiu manter inalteradas as políticas macroeconômicas recomendadas pelo *establishment*. Essas políticas eram baseadas nas reformas institucionais da década de 1990 e nos pressupostos neoliberais<sup>3</sup> fundados a partir de um novo padrão de acumulação capitalista, com ênfase no processo de liberalização comercial, desregulamentação financeira e abertura da conta de capitais.

A existência desta linha de continuidade entre os governos FHC e Lula, com a manutenção do mesmo modelo econômico e da mesma política macroeconômica ortodoxa, fez com que alguns autores, a exemplo de Luiz Filgueiras *et al* (2010), retratassem esse último governo como o “período de consolidação e fortalecimento do ‘Modelo Liberal-Periférico’”. Segundo esses autores (Op. cit., 2010, p.63), “o primeiro governo Lula herdou essa nova configuração política do bloco de poder, bem como sua política macroeconômica, consolidando ambas e legitimando frente aos setores subalternos da sociedade”.

Mesmo em momento de cenário externo favorável, com redução das taxas de juros e aumento da liquidez internacional, em que o país parecia ter a oportunidade de voltar a conduzir seu destino com suas próprias mãos, optou-se pela manutenção das políticas de caráter neoliberal. Segundo Leda Paulani (2006), o governo Lula abraçou com determinação o receituário ortodoxo de política econômica, sob a “tese da beira do abismo” e em situações que as infrações à regra deviam ser encaradas com “naturalidade”. Do contrário, “a credibilidade do país ficaria em xeque [...] um claro sinal de que o suposto estado de emergência é na

---

3 Segundo Perry Anderson (1995), após consolidar-se na Inglaterra em 1979, durante o governo Thatcher, e nos EUA, em 1980, no Governo Reagan, a ideia do neoliberalismo baseada em medidas altamente restritivas para contenção da inflação, especialmente baseadas em corte de gastos sociais e salários, se espalhou pela maior parte do Norte da Europa e posteriormente para a Oceania e América Latina. Segundo o autor (Op. cit., 1995, p. 13), estas experiências demonstraram “a hegemonia alcançada pelo neoliberalismo como ideologia”. De acordo com Paulo N. Batista (1994), as propostas neoliberais do Consenso de Washington (1989) se converteram em dois objetivos no Brasil: “Por um lado, a drástica redução do Estado e a corrosão do conceito de Nação; por outro, o máximo de abertura à importação de bens e serviços e à entrada de capitais de risco” (Op. cit, 1994, p. 18).

realidade o estado permanente, onde o rompimento das regras não é uma exceção, mas a norma” (Op. cit., 2006, p. 18-9).

Diante do agravamento do déficit de Transações Correntes, que alcançou US\$ 77 bilhões em 2011, no início do primeiro governo Dilma Rousseff (2011-2014) e, apesar da recuperação dos preços das commodities em patamares próximos a pré-crise de 2008, o Real sofreu sucessivas desvalorizações alcançando US\$ 1,0 : R\$ 2,66 em dezembro de 2014. Com base no novo patamar recorde no déficit de Transações Correntes (US\$ 104 bilhões) ao final deste ano, da desaceleração do crescimento mundial e, diante da influência provocada pela grave crise política que se instaurou no país nos anos seguintes, a cotação alcançou US\$ 1,0 : R\$ 4,19 em setembro de 2015 (a maior em treze anos).

Em um momento de incertezas políticas que culminou com o afastamento da presidente Dilma do seu segundo mandato (2015-2016), o Real foi valorizado, encontrando-se atualmente com cotação US\$ 1,0 : R\$ 3,60 (19/05/2016). Ao que parece, esta taxa é claramente mais próxima de uma taxa de câmbio de equilíbrio para manter a competitividade da indústria doméstica relativamente aos seus principais concorrentes internacionais.

Embora a política cambial apresente um componente fundamental para garantir maior competitividade dos produtos nacionais frente aos similares importados, sua ação está restrita ao curto prazo. Ao passo de aproximar as estruturas produtivas nacionais daquelas dos países desenvolvidos, a partir da construção de um parque nacional diversificado e moderno, outras políticas de competitividade coordenadas paralelamente pelo Governo Federal se tornam necessárias no médio e longo prazos, em especial a política industrial.

## 2.2 Abandono das políticas de competitividade

Por políticas de competitividade entende-se o conjunto de medidas amplamente adotadas pelas esferas do Governo nas áreas industrial, comercial e tecnológica e que, combinadas com os elementos de política macroeconômica, respondem pelos chamados fatores de competitividade sistêmicos do país. No Brasil, o MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – é a instituição responsável pela coordenação das medidas de competitividade adotadas em nível federal, apesar de contar com o apoio de ministérios e administrações estaduais e municipais para implementá-las<sup>4</sup>.

Diferente das políticas macroeconômicas que compõem ações de curto prazo visando o comércio internacional, em especial a taxa de câmbio, as políticas de

---

4 Ver mais detalhes em Mariano Laplane (2005), que elaborou um trabalho sobre o tema, com ênfase à Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), que será analisada adiante.

competitividade devem estar orientadas para a transformação das estruturas produtivas no longo prazo. Seu papel é assumir como principal responsabilidade o planejamento e a condução sistemática da trajetória produtiva que se pretende traçar no país, promovendo a acumulação do capital nas atividades de maior valor adicionado, capazes de gerar mercados para si próprias. De acordo com Ricardo M. Carneiro (2012, p. 8):

A questão residiria mais propriamente no potencial elevado de diversificação da atividade industrial ante o baixo potencial industrial de *upgrading* das atividades primárias em direção a maior valor adicionado dos produtos, sua baixa capacidade de *spillover* tecnológico e fraco encadeamento com outras atividades produtivas domésticas.

Como a passagem para atividades de maior valor agregado não ocorre naturalmente, cabe ao Governo, através da sistematização de um conjunto de políticas, identificar, planejar e orientar seus esforços para setores e segmentos com maior potencial competitivo, estimulando a materialização de transformações reais nas estruturas produtivas nacionais<sup>5</sup>. No Brasil, desde a intensificação da globalização financeira, a falta de êxito das políticas industriais implementadas pelo Governo em nível federal levaram à reespecialização produtiva no país<sup>6</sup>. Para Marcos T. Lamonica e Carmem A. Feijó (2013, p. 109):

Mesmo a retomada dos planos de desenvolvimento nos anos 1990 e 2000 não foram suficientes para reverter a tendência à especialização da indústria na produção de bens de baixo valor. Dito de outra forma, dada a ausência ou menor relevância da indução de políticas industriais para explicar a evolução da estrutura produtiva, coube aos estímulos da política macroeconômica melhor responder pelo resultado observado.

---

5 Ha-Joon Chang lembra que “as atividades de alto valor agregado não são necessariamente as ‘indústrias manufatureiras’ no sentido convencional (...) as atividades de alto valor agregado podem ser as oficialmente classificadas como ‘serviços’” (CHANG, 2004, p. 209), assim como o segmento das TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação).

6 Ao comparar o desempenho entre os países que adotaram uma estratégia de diversificação, os asiáticos, em contraposição àqueles que optaram por retomar o desenvolvimento com base nas vantagens comparativas estáticas, os latinoamericanos, Carneiro mostra clara superioridade do desempenho dos primeiros. “Entre 1980 e 2010, os países da Ásia em desenvolvimento crescem a uma taxa três vezes superior aos da América Latina e este diferencial se mantém nos anos 2000 a despeito do boom de preços das commodities” (CARNEIRO, 2012, p. 11). Antonio Barros de Castro destaca que “a intensidade das mudanças (...) permitiu que a China rapidamente passasse da exportação de pequenas manufaturas de baixo e reduzido conteúdo tecnológico, a exportadora de eletrônicos” (CASTRO, 2007, p. 3).

Entre as principais políticas de competitividade adotadas destacam-se: a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE, adotada em 2003, que visava esforços para indução dos investimentos para setores mais intensivos em tecnologia; o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, de 2007, com previsão de investimentos em infraestrutura logística; a Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP, de 2008, que previa níveis de atuação a partir de ações sistêmicas e projetos estruturantes voltados à diversidade produtiva doméstica; e os desembolsos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, que se expandiram vultuosamente, passando de menos de R\$ 40 bilhões em 2004 para R\$ 190 bilhões em 2013. Influenciadas ou não pela crise política deflagrada no país, as políticas de competitividade capitaneadas em nível nacional apresentaram resultados insuficientes na tentativa de diversificação e ampliação da pauta produtiva nacional.

Ao invés disso, grande atenção foi dirigida ao esforço em *commodities* que, com o *boom* da demanda chinesa nos anos 2000, garantiu ao Brasil enorme vantagem comparativa como produtor de bens agricultáveis. Com a elevação do preço das *commodities* e dos termos de troca da economia nacional, o Brasil reconquistou sua posição de “‘fazenda do mundo’, em contraposição à ‘fábrica do mundo’ em que a China veio converter-se” (CASTRO, 2007, p. 2011). Segundo Rubens Sawaya (2006, p. 225):

Quando a periferia latino-americana – destacando-se o Brasil -, em uma ação deliberada adere a esse movimento de capital (e dos Estados do centro) como estratégia para manter-se ‘integrada’ – mesmo que de forma altamente dependente e subordinada, dependência essa construída historicamente -, ao contrário de atrair o capital produtivo para dentro de suas fronteiras, ao contrário de manter sua forma de inserção no capitalismo pela tentativa de criar um parque industrial ‘diversificado e moderno’, adentra em um processo desintegrador e desindustrializador.

Carneiro (2012, p. 43) salienta, ainda, que na contramão do Brasil, China e outros “países subdesenvolvidos que optaram por uma estratégia de diversificação econômica lograram um crescimento mais rápido e um processo de *catching up* mais expressivo do que aqueles especializados”, permitindo a essas economias aproximar as suas estruturas produtivas daquelas dos países desenvolvidos.

Estando suscetível à maior vulnerabilidade externa, as importações brasileiras tornam-se basicamente constituídas de equipamentos portadores dos últimos avanços tecnológicos, enquanto as exportações tornam-se dependentes da venda de *commodities* agrícolas e produtos de base primária, provocando o distanciamento do Brasil em relação à fronteira tecnológica internacional.



Sem políticas de competitividade bem orientadas destinadas à promoção de negócios nos segmentos com maior potencial de geração de valor adicionado, o Estado manteve quase inócuo o potencial de diversificação da base industrial do país. Seja a partir da obtenção de financiamentos externos, especialmente sob a forma de Investimentos Diretos Externos (IDE), como da inversão dos investimentos públicos, a capacidade de estímulo gerado à economia brasileira não conteve o processo de desestruturação produtiva nacional. Relembrando Celso Furtado (1967, p. 87):

Para que possamos auferir os autênticos benefícios do capital estrangeiro – aqueles derivados do influxo da tecnologia em permanente renovação, – necessitamos de uma política disciplinadora de entrada desses capitais. Permitir o seu influxo desordenado será seguramente privar o país, no futuro, das reais vantagens da cooperação desses capitais em setores de tecnologia menos acessível.

Não basta, assim, que os investimentos sejam vultuosos. “O que responde pela baixa taxa de crescimento de um país subdesenvolvido é menos o volume de investimento do que a inadequada orientação deste” (FURTADO, 1967, p.88). Considerando não haver no Estado brasileiro critérios objetivos para orientar os investimentos realizados no país, o autor acredita, ainda, que “o passo mais importante a dar no aperfeiçoamento de nossa política econômica consiste em disciplinar com muito mais rigor o investimento público” (FURTADO, 1967, p.89).

Para buscar a inserção e a maior autonomia no mercado internacional, os países asiáticos, especialmente a China na última década, têm demonstrado grande capacidade em aumentar o nível de emprego semiqualeficado manufatureiro, aproximando-se pouco a pouco da fronteira tecnológica dos países desenvolvidos, como os EUA. Para Barry Eichengreen (2011, p. 172) “as atividades de fabricação em que os Estados Unidos competem internacionalmente exigem trabalhadores qualificados, não viradores de hambúrgueres”.

Para este autor, mais do que em produtos industrializados, “a maior parte dos serviços exportados pelos Estados Unidos é prestada por trabalhadores de boa escolaridade e altos níveis de qualificação”. (Op. cit, 2011, p. 172), respondendo porque foram as fábricas de baixa produtividade que fecharam as portas nos EUA devido à concorrência chinesa, munindo do efeito da valorização do dólar as atividades de maior valor agregado, neste caso os serviços de alta tecnologia e intermediação financeira.

Para se entender a importância das políticas de competitividade para a transformação das estruturas produtivas a longo prazo, Eichengreen adverte que mudanças nas taxas de câmbio não são suficientes para resolver todos os proble-

mas. Para ele, se os americanos estiverem preocupados, como devem estar, com a desigualdade da renda, será preciso enfrentar o problema por outros meios, sejam mudanças no código tributário, imposição de tetos às gratificações dos banqueiros ou mais investimentos em educação e treinamento. (Op. cit, 2011, p. 173).

Sem conseguir evitar o que parece ser um processo de desintegração crônica das cadeias produtivas nacionais, a falta de políticas de competitividade mais eficientes agravaram ainda mais o já complicado quadro relacionado ao grau de industrialização do país, intensificando o que se compreende como processo de desindustrialização.

## 2.3 Desindustrialização abismo abaixo

O fenômeno da *desindustrialização* não é um fenômeno recente<sup>7</sup>, mas tem sido objeto de ampla análise, apresentando grande relevância no campo da economia industrial. O interesse por compreender a ocorrência deste fenômeno no Brasil cresceu nas últimas décadas, especialmente com as evidências dos efeitos provocados pelas reformas neoliberais ocorridas a partir dos anos 1990 e, desde então, intensificadas no país, denotando uma série de consequências à estrutura produtiva.

Mas a ocorrência da desindustrialização como um fenômeno associado ao Brasil não é um consenso entre os estudiosos do tema e por isso tem causado polêmica<sup>8</sup>. Para os autores contrários a essa ideia, a desindustrialização nada mais é do que um reflexo de um fenômeno que ocorre em escala mundial, ou seja, a perda de importância da indústria no emprego total e no PIB em detrimento da ascensão das atividades no setor de Serviços nos diversos países do mundo e não apenas no Brasil. As seguintes seções apresentam os principais argumentos que têm sido adotados na literatura para comprovar a ocorrência do fenômeno da desindustrialização intensificada no Brasil.

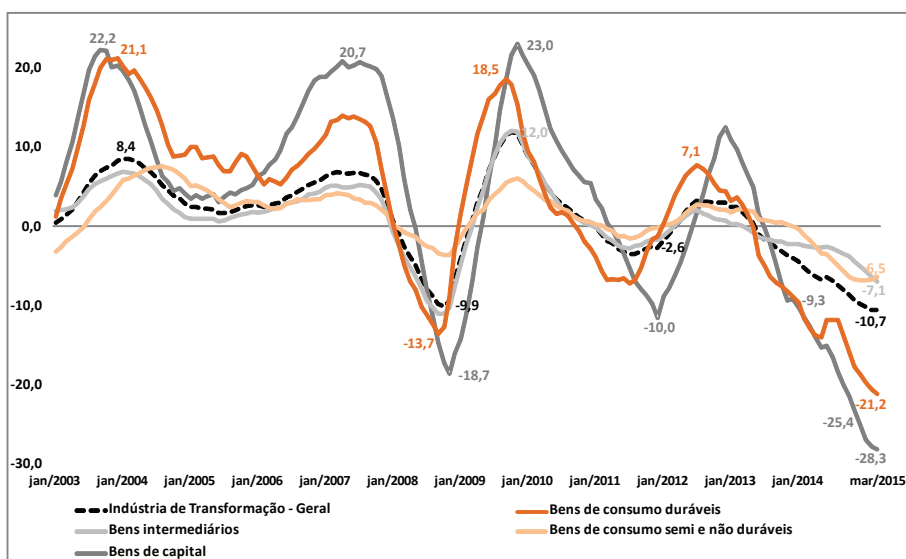
### 2.3.1 Ciclo produtivo industrial

7 Em recente estudo sobre o a perda de participação da indústria de transformação no PIB (2015), o Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos (Depecon-FIESP) realizou o encadeamento da série de participação da Indústria de Transformação no PIB desde 1947, levando em conta as alterações metodológicas do Sistema de Contas Nacionais. Como apresentado na pesquisa, o processo de desindustrialização no Brasil tem início em 1985, quando o valor adicionado da Indústria de Transformação no PIB havia alcançado o maior patamar da sua história (21,6%).

8 José Luis Oreiro e Nelson Marconi (2014) rebatem o que entendem ser “as dez teses equivocadas da ortodoxia no debate sobre a desindustrialização e perda de competitividade da indústria brasileira”, entre as quais os argumentos de Bonelli e Pessoa (2010), “que reforçam a ideia de que a evidência, no caso brasileiro, quanto à tese da desindustrialização não é conclusiva” (OREIRO & MARCONI, 2012, p. 27).

Embora a análise isolada do ciclo produtivo industrial não apresente propriamente a existência do fenômeno da desindustrialização, ela é capaz de demonstrar a existência de ciclos produtivos e flutuações intermitentes na economia. De acordo com Keynes (1985, p. 173-74), no entanto, “as flutuações tendem a atenuar-se por si mesmas antes de alcançarem limites”<sup>9</sup>. Para Kalecki (1983, p. 107), “as flutuações da produção refletem principalmente as modificações do grau de utilização do equipamento”. Desta maneira, segundo o autor, as fases de declínio industrial ocorrem concomitantemente aos choques de oferta produtiva e não outro motivo.

Os dados do Gráfico 2, baseados na Pesquisa Industrial Mensal (PIM) revelam a presença de flutuações na atividade produtiva entre os meses de jan/2003 e mar/2016. Favorecida pelo cenário externo favorável a partir de 2004 e pelo aquecimento da demanda interna, especialmente nos anos 2007 e 2008, a produção industrial apresentou sucessivas taxas de crescimento por seis anos seguidos até 2009, com grande expansão das indústrias de Bens de Consumo Duráveis e Bens de Capital, que alcançaram taxas de crescimento anuais superiores a 20% no período.



**Gráfico 2** Produção industrial no Brasil por categorias de uso – variação acumulada em 12 meses: jan/2003 a mar/2016.

Fonte: IBGE. Conteúdo: Pesquisa Industrial Mensal. Elaboração do autor.

Nota: série dessazonalizada.

9 Para Keynes, as flutuações no sistema econômico são decorrentes das expectativas psicológicas dos agentes em relação à variação das variáveis independentes do sistema, entre as quais: propensão a consumir, escala da eficiência marginal do capital e taxa de juros (Ibid., p. 171), divergindo, pois, da suposição da teoria clássica e neoclássica em admitir que o sistema econômico esteja em permanente situação de equilíbrio (Ibid., p. 15).

Frente aos efeitos provocados pela crise internacional ocorrida nos anos 2008/09, a queda da produção industrial alcançou 10% a.a. em set/2009, só recuperando-se após as medidas anticíclicas promovidas pelo Governo Federal, a exemplo da redução das alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para automóveis e produtos da linha branca, que contribuíram para a retomada da atividade industrial aos níveis pré-crise.

Em out/2010 a produção industrial alcançou 12% a.a., frente ao crescimento de todas as categorias de uso, especialmente Bens de Consumo Duráveis, que registrou 18,5% a.a., e a Indústria de Bens de Capital, que cresceu 23% a.a. no mesmo período. Apesar da categoria de Bens de Consumo Semi e Não Duráveis também ter crescido, sua variação apresenta-se menos acentuada que as outras em razão da maior perenidade do seu consumo frente a influência de fatores externos ao longo do tempo.

Com a diminuição do crescimento das economias mundiais a partir de 2012, a produção industrial brasileira deu início a um novo ciclo de queda que, praticamente, não cessou. Somou-se a este cenário, ainda, a crise política intensificada no ano de 2015, que ao interferir na estabilidade dos fundamentos macroeconômicas do país, elevou as perdas para a indústria de transformação, alcançando decréscimo de 10,7% a.a. em mar/16, abaixo do registrado no pior momento da crise de 2008/09. As variações verificadas no mesmo período nas categorias de Bens Intermediários de Bens de Consumo Duráveis registraram diminuição de 28,3% a.a. e 21,2% a.a., respectivamente.

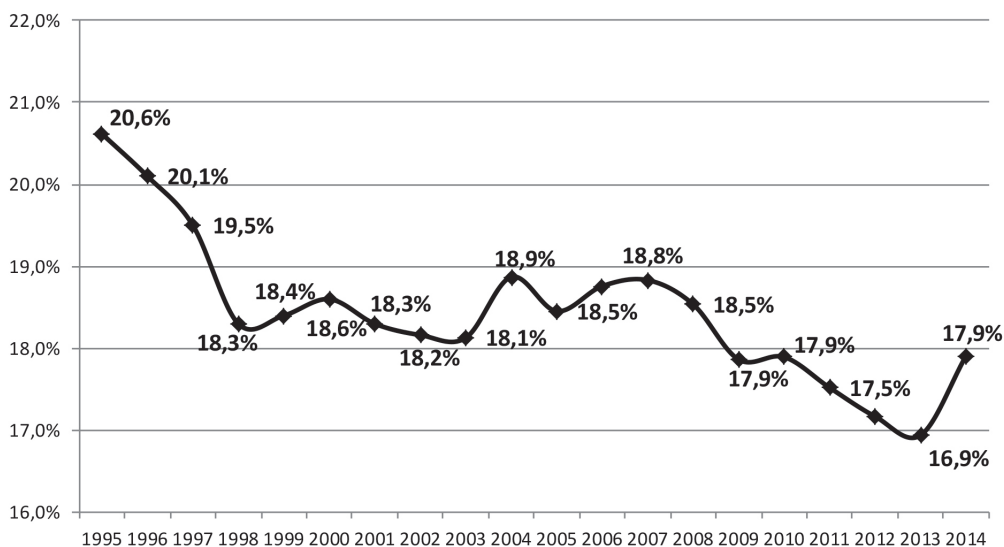
A partir da análise isolada dos indicadores do ciclo produtivo industrial não é possível afirmar haver desindustrialização no Brasil. Contudo, tal fato evidencia a existência dos ciclos produtivos industriais no Brasil e sua associação à variação no uso do equipamento industrial, com base nas expectativas dos empresários em relação à demanda efetiva da economia nacional.

### 2.3.2 Ótica do emprego

Na ótica do emprego, a desindustrialização é compreendida como a “queda na participação da indústria, especialmente a manufatureira, no emprego total” (ROWTHORN & WELLS, 1987, p. 5) ou, ainda, o “declínio da participação da manufatura no emprego e no produto total” (CHANG, 2010, p. 91). O emprego acabaria, nestas concepções, por migrar da indústria para o setor de serviços, o chamado setor “Terciário” da economia, podendo ser esta, ainda, “uma questão estritamente ligada à acumulação urbano-industrial” (OLIVEIRA, 2011, p. 56).

Ao longo dos 20 anos compreendidos entre 1995 e 2014, a participação do emprego na Indústria de Transformação em relação ao total da economia apresentou resultados declinantes, demonstrando menor relevância deste setor para a

economia nacional (Gráfico 3). Embora a quantidade de empregos no mercado de trabalho formal entre os anos 1995 a 2014 tenha mais que dobrado, passando de 23,8 milhões para 49,5 milhões de vínculos formais registrados, respectivamente, o percentual do emprego na Indústria de Transformação em relação ao total da economia brasileira declinou de 20,6%, em 1995, para 16,9%, em 2013, apresentando pequena melhora em 2014, quando registrou 17,9% do total.



**Gráfico 3** Participação do emprego da indústria de transformação na economia do Brasil: 1995 a 2014 (em %).

Fonte: TEM. Conteúdo: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), vários anos. Elaboração do autor.

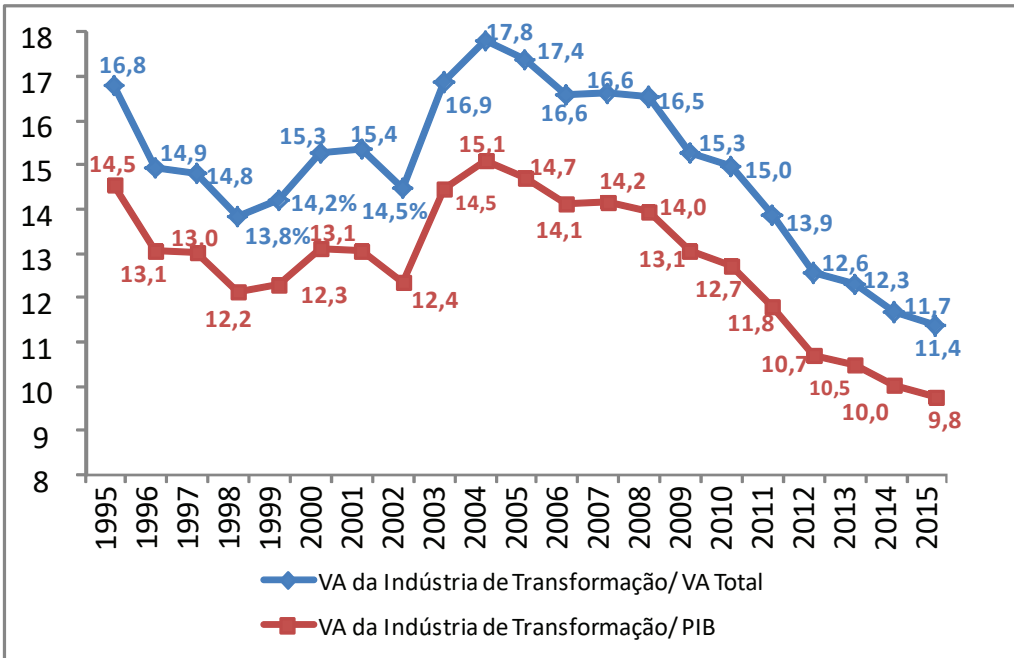
Nota: Vínculos ativos em 31/12.

Desta maneira, portanto, a queda da participação dos empregos ativos na Indústria de Transformação apresenta-se como primeira grande evidência do processo de desindustrialização ao longo das últimas duas décadas no país.

### 2.3.3 Perspectiva da agregação de valor adicionado

Segundo a análise dos dados das Contas Nacionais, a desindustrialização pode ser compreendida como o “declínio prematuro do valor adicionado (VA) manufatureiro no PIB sem uma recuperação” (SHAFEAEDDIN, 2005, p. 17). Nessa condição, sendo o VA igual ao PIB nacional englobando as atividades econômicas, descontados os impostos pagos, o Brasil vem apresentando contribuição declinante na Indústria de Transformação em relação ao total da riqueza gerada no país. A participação do VA na Indústria de Transformação com relação ao PIB

apresentou oscilações suaves nos primeiros dez anos da série analisada, passando de 14,5% do PIB, em 1995, para 15,1% do PIB, em 2005. A partir daí, porém, a taxa apresentou uma trajetória declinante, seguindo abismo abaixo até registrar menos que 10% do PIB em 2015 (Gráfico 4).



**Gráfico 4** Participação do Valor Adicionado da Indústria de Transformação em relação ao Valor Adicionado Total e em relação ao PIB do Brasil: 1995 a 2015 (em %).

Fonte: IBGE. Conteúdo: Sistema de Contas Nacionais Trimestrais.

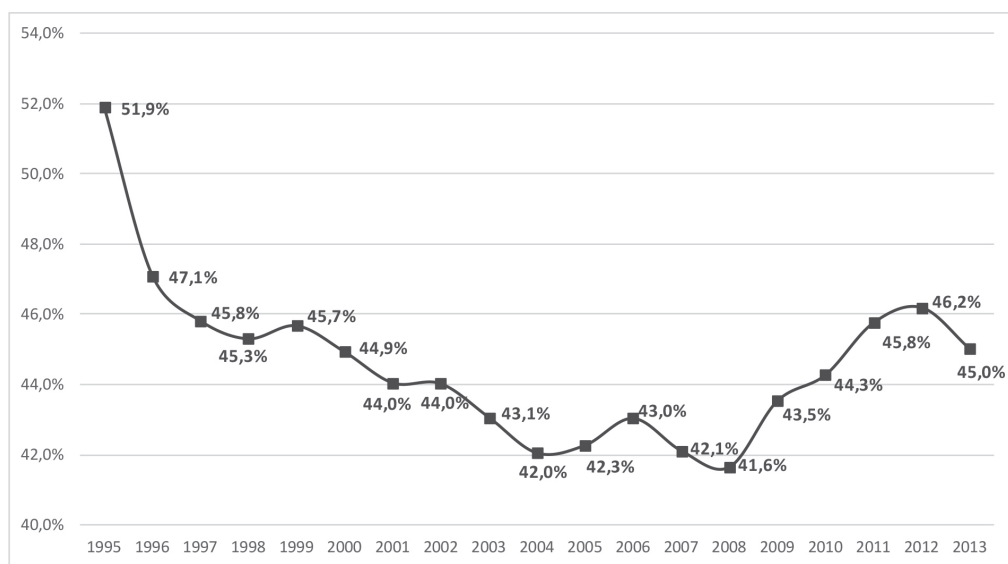
Nota: 1) Valores correntes; 2) PIB = VA + impostos. Elaboração do autor.

A relação VTI/VBPI (Valor da Transformação Industrial pelo Valor Bruto da Produção Industrial), analogamente, também pode ser entendida como um coeficiente do grau de industrialização de um país, sendo considerado um “proxy do conceito de Valor Adicionado”<sup>10</sup> (DIEESE, 11/09/2014). Na análise VTI/VBPI, “quanto menor a relação, mais próximo o setor está de ser uma indústria ‘maquiladora’ que apenas junta componentes importados praticamente sem gerar valor” (ALMEIDA; FEIJÓ & CARVALHO, 2005, p. 22). Em outras palavras, “essa relação mostra o ‘uso de insumos importados para o conjunto da indústria ou a transferência de produção e de valor agregado para o exterior” (DIEESE,

<sup>10</sup> Nestas condições, o VTI = VBPI – COI, sendo o VBPI o Valor Bruto da Produção Industrial, e o COI o Custo das Operações Industriais.

11/09/2014). A desindustrialização fica assim compreendida como a redução no valor agregado interno sobre o valor bruto da produção.

Conforme os dados do Gráfico n.º 5, que mede a relação VTI/ VBPI entre os anos 1994 e 2013 no Brasil, o grau de industrialização no país apresentou deterioração durante praticamente todo o período analisado. Entre 1995 a 2004, mesmo com a forte desvalorização do Real em relação ao Dólar – que será objeto de análise na seguinte seção -, a relação VTI/ VBPI decresceu 10 p.p, passando de 52% em 1995 para 42% em 2004, demonstrando ter havido grande transferência de valor agregado para o exterior.



**Gráfico 5** Participação do Valor da Transformação Industrial pelo Valor Bruto da Produção Industrial no Brasil: 1994 a 2013 (em %).

Fonte: IBGE. Conteúdo: Pesquisa Industrial – Empresas, vários anos. Elaboração do autor.

Entre 2004 e 2008, a relação VTI/ VBPI para o Brasil apresentou estabilidade, variando muito pouco no período. Somente em 2009, com os efeitos do choque externo relacionados à crise *subprime* e nova fase de desvalorização cambial ocorrida a partir do segundo semestre de 2011 é que o grau de industrialização no país demonstrou sensível recuperação, registrando 46% da relação VTI/ VBPI no ano de 2012, antes do novo declínio no ano seguinte (45% da relação VTI/ VBPI).

Ainda que a desindustrialização nas últimas décadas, ou diminuição do grau de industrialização no Brasil seja um fenômeno mundial associado ao grau de desenvolvimento das economias mundiais, a contar de dois importantes fato-

res elencados por Palma (2005), como o elevado crescimento da produtividade, impulsionado pelas TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação), e a nova divisão internacional do trabalho – especialmente com o *boom* da economia chinesa -, Oreiro e Marconi (2014) ratificam que a ocorrência do fenômeno no Brasil não é decorrência natural do seu estágio de desenvolvimento mas, sim, um fenômeno prematuro se comparado a economias mais desenvolvidas.

A partir do conceito de “desindustrialização ‘prematura’ (ou ‘descendente’)” criado por Palma (2005, p. 36), os autores revelam que “os dados disponíveis para a economia brasileira mostram claramente que a desindustrialização ocorrida no Brasil é precoce” (OREIRO & MARCONI, 2014, p. 34). Para eles, enquanto a queda da Indústria de Transformação no VA ocorrida nos países desenvolvidos (Alemanha Ocidental, Itália, França, Suécia e Reino Unido) iniciou-se com um nível de renda *per capita* entre 10 a 15 mil dólares, o mesmo fenômeno no caso brasileiro ocorreu com nível de 4 mil dólares.

#### 2.3.4. Reprimarização da pauta exportadora

Por meio da análise das contas externas observa-se no Brasil a ocorrência da desindustrialização através de um fenômeno similar ao da chamada “doença holandesa” (*dutch disease*<sup>11</sup>) que aconteceu nos anos 1970 na Holanda, tornando-se referência na análise dos efeitos da maior realocação de investimentos para as indústrias com baixo valor agregado, ou de produtos não industrializados, em detrimento do setor manufatureiro.

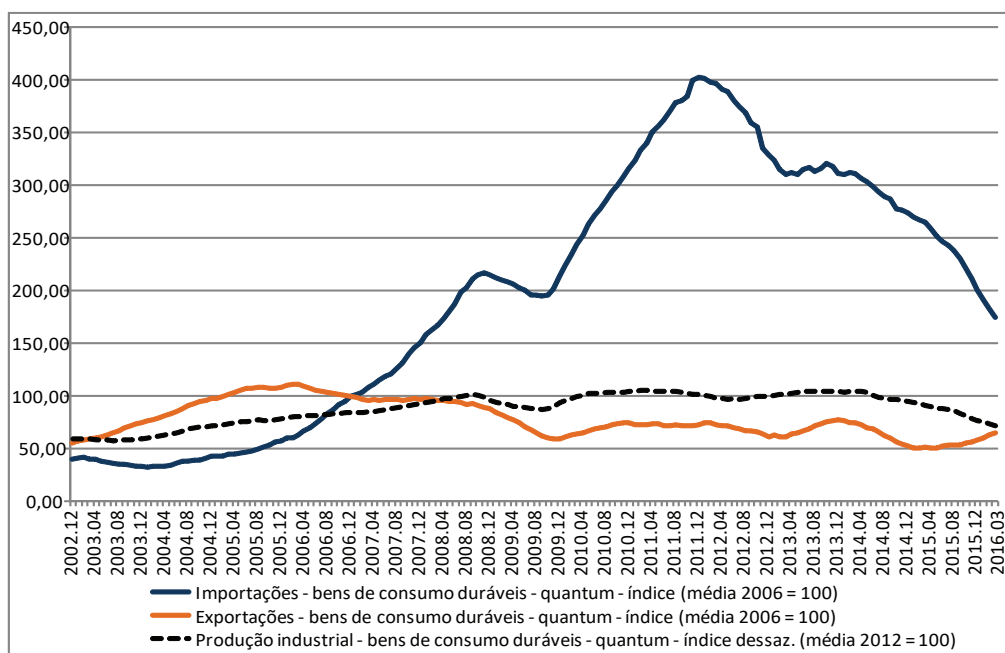
Este fato se tornou uma referência na análise de como a entrada de divisas da exportação das indústrias de baixo valor agregado, ou de produtos não industrializados é prejudicial à industrialização dos setores de maior intensidade tecnológica. A desindustrialização trata, nesse sentido, da “falha progressiva para alcançar um excesso suficiente de exportações sobre as importações de manufaturados para manter a economia em equilíbrio externo no pleno emprego” (BLACKABY, 1978, p. 263).

A ocorrência desse fenômeno ao caso brasileiro é verificado, primeiramente, com a análise da evolução média do índice acumulado em doze meses de produção física, importação e exportação, a exemplo da categoria de Bens de Consumo Duráveis. O Gráfico 6 revela a trajetória estritamente ascendente do índice de importação entre os anos 2007 e 2011, anos notadamente marcados pela ascen-

11 A teoria da *Dutch disease* foi desenvolvida pioneiramente por CORDEN & NEARY (1982), para os quais, uma economia sofre da doença holandesa quando a rentabilidade de um ou mais setores é fortemente comprimida como decorrência de um *boom* ocorrido em *commodities*.



são da demanda das famílias. Em contrapartida, pouca ou nenhuma variação foi notada no que diz respeito ao índice de produção física, ou de exportação, denotando que a demanda doméstica foi suprida por importados. Em meados de 2012, com o início do processo de desvalorização do Real frente ao Dólar e a crise política e econômica instauradas no país a partir de 2015, o índice de importação voltou a cair.



**Gráfico 6** Índices de produção industrial, importação e exportação da categoria de Bens de Consumo duráveis – média acumulada dos últimos 12 meses.

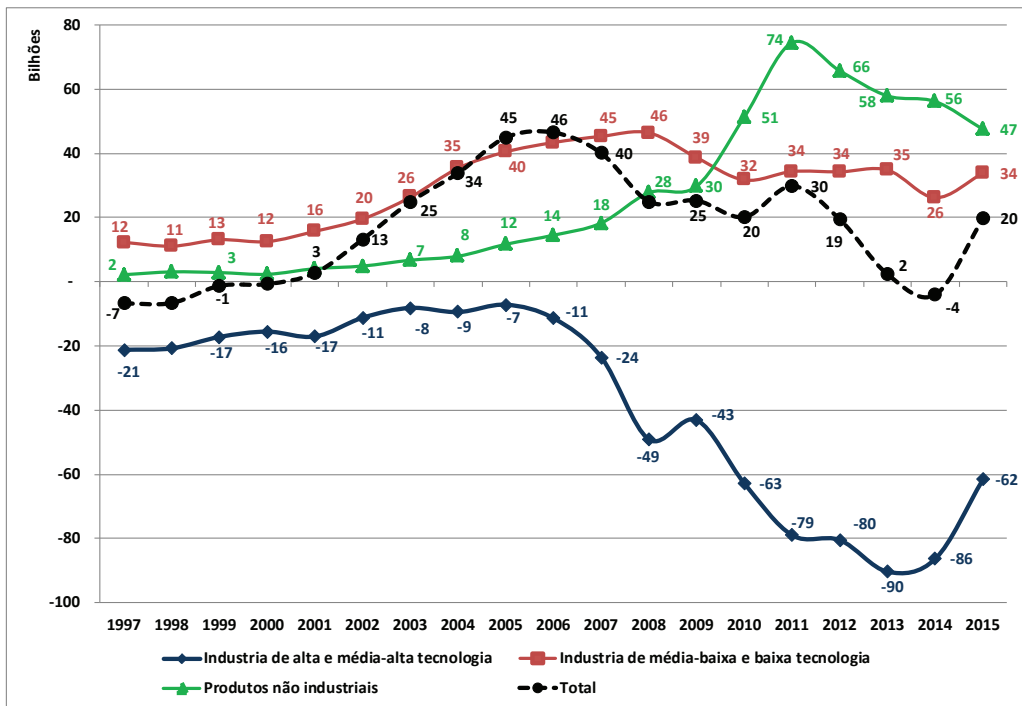
Fonte: IBGE. Conteúdo: Produção Industrial Mensal; FUNCEX. Elaboração do autor.

Desse modo, a associação da *dutch disease* ao contexto brasileiro tem gerado uma discussão sobre a “doença brasileira<sup>12</sup>” e os impactos gerados para o câmbio, estrutura produtiva e balança comercial do país. Segundo Palma (2005), ao contrário do caso clássico decorrente do peso dos produtos naturais na produção e exportação do caso holandês nos anos 1970, ou de um aumento da participação do peso das exportações de serviços, essa nova “doença holandesa” que aflige o Brasil e outros países da América Latina tem outras características e seria muito

12 Para mais detalhes sobre a chamada “doença brasileira”, ver Lacerda & Nogueira (2008).

mais associado à ruptura do modelo substitutivo de importações para a adesão às políticas neoliberais nos anos 1990.<sup>13</sup>

As evidências da desindustrialização aparecem ao olhar mais cuidadoso e atento sobre as consequências geradas aos setores altamente dinâmicos da economia. O exame do saldo comercial brasileiro dos setores industriais por intensidade tecnológica entre 1997 e 2015 expressa a deterioração do saldo comercial das indústrias de alta<sup>14</sup> e média-alta<sup>15</sup> tecnologia, que chegou a registrar déficit de US\$ 90 bilhões em 2013 (Gráfico 7).



**Gráfico 7** Saldo Comercial Brasileiro dos Setores Industriais por Intensidade Tecnológica

Fonte: MDIC. Elaboração do autor. Nota: Classificação extraída de: OECD, Directorate for Science, Technology and Industry, STAN Indicators, 2003.

- 13 Bresser-Pereira (15/09/2014) concorda que a desindustrialização que vem ocorrendo na economia brasileira desde o início dos anos 1990 tem sido principalmente agravada pela “euforia perigosa em torno do agronegócio”.
- 14 Aeronáutica e aeroespacial; farmacêutica; material de escritório e informática; equipamentos de rádio, TV e comunicação; e instrumentos médicos de ótica e precisão.
- 15 Máquinas e equipamentos elétricos; veículos automotores, reboques e semi-reboques; produtos químicos, excluindo farmacêuticos; equipamentos para ferrovia e material de transporte; e máquinas e equipamentos mecânicos.

Em contrapartida, o saldo comercial dos produtos não industrializados registrou superávit crescente no período, alcançando US\$ 74 bilhões em 2011, confirmando a hipótese de “reprimarização” da pauta de exportação do país. Com a diminuição da intensidade do crescimento das principais economias internacionais e a queda dos preços internacionais das *commodities*, especialmente a partir de 2014, o superávit dos produtos não industrializados apresentou queda se comparada aos anos anteriores, alcançando US\$ 47 bilhões em 2015.

O fenômeno da nova doença holandesa que aflige o Brasil, ou reprimarização da pauta exportadora, também revela impactos negativos especialmente para o câmbio, à medida que o influxo de divisas atraídas com a aquisição de *commodities* leva à valorização do Real, implicando em prejuízo à competitividade da indústria nacional. “Com o maior influxo de capitais internacionais decorrentes das receitas de exportações [de *commodities*], a taxa de câmbio se valoriza, provocando a perda de competitividade dos bens industrializados”. (LACERDA & NOGUEIRA, 2008, p. 3).

Os impactos do câmbio valorizado à estrutura produtiva nacional têm contribuído direta, ou indiretamente, nesse sentido, com a perda de participação da indústria na pauta comercial brasileira. À medida que a entrada de divisas pressiona a valorização da moeda local, distorcendo os preços dos produtos nacionais comercializáveis internacionalmente – especialmente os industrializáveis, para cuja exportação a relação de preços é determinante –, a indústria nacional perde competitividade em relação ao exterior. Para Delfim Netto (2014):

Não pode haver dúvidas sobre as causas de um fato: não foi apenas a valorização cambial, mas principalmente a valorização cambial sistemática, prolongada, previsível, sustentada pelas maiores taxas de juros reais do universo, que destruiu o sofisticado setor manufatureiro nacional (DEL-FIM NETTO, 10/09/2014).

Adicionalmente, como os padrões de competitividade da indústria brasileira são defasados em comparação aos internacionais, a concorrência da indústria nacional perpetua-se principalmente através da variação do preço relativo do Real em relação ao Dólar, tornando a questão cambial o principal fator competitivo da indústria doméstica no curto prazo. A falta de perspectiva de melhoria desses padrões revela, ainda, além do prejuízo diretamente incidente à base industrial doméstica, má condução do planejamento pensado sob a perspectiva do desenvolvimento no médio e longo prazos para a economia do país.

## Conclusão

A política cambial configura-se no principal fator de competitividade sistêmica da indústria nacional no curto prazo, uma vez que é a cotação do Real frente ao Dólar que determina o preço relativo da mercadoria produzida nacionalmente no exterior. Apesar dos efeitos positivos das políticas macroeconômicas adotadas no país ao longo dos anos 1990 e 2000 terem apresentado efeito fundamental à estabilidade do Sistema das Contas Nacionais, o receituário neoliberal tornou os efeitos da política cambial nocivos para a base produtiva nacional.

Ainda que a estrutura produtiva nacional tenha sido favorecida em alguns momentos por uma desvalorização do Real frente ao Dólar, tornando-a mais competitiva no curto prazo, sua modernização e diversificação nos médio e longo prazos dependem fundamentalmente da condução de políticas de competitividade eficientes, a exemplo do ocorrido em alguns países asiáticos selecionados. Ao passo que tais medidas estimulam a diversificação da estrutura produtiva, elas também tornam possível o processo de *catching up*, aproximando as estruturas produtivas nacionais daquelas dos países desenvolvidos.

Não sendo este o caso do Brasil, o país intensificou ao longo dos últimos anos o que se conhece por processo de *desindustrialização*, apresentando resultados concretos na perda de emprego industrial, valor adicionado, especialização e reprimarização da pauta exportadora. E por mais que este não seja um fenômeno exclusivo da realidade brasileira, não há dúvidas de que no Brasil este fenômeno apresente-se com diagnóstico precoce.

O processo de desindustrialização, contudo, não significa apenas a substituição da produção nacional por similares importados. Trata-se, na verdade, da perda da referência do país em relação à sua inserção internacional, fato agravado pelo enfraquecimento da autonomia e da capacidade indutora do Estado nacional em relação às suas políticas de competitividade, pela quebra e desnacionalização das cadeias produtivas nacionais e, fundamentalmente, pela reprimarização da pauta exportadora. Levando à armadilha da valorização da taxa de câmbio, único recurso capaz de sustentar a competitividade sistêmica do país na atualidade.

## Referências

- ALMEIDA, J. S. G.; FEIJÓ, C. A. & CARVALHO, P. G. *Ocorreu uma desindustrialização no Brasil?* IEDI, mimeo. São Paulo: IEDI, 2005.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

- BATISTA, Paulo Nogueira. *O Consenso de Whashington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU-USP), 1994. Também disponível em <[http://www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arq\\_urbanismo/disciplinas/aup0270/4dossie/nogueira94/nog94-cons-washn.pdf](http://www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0270/4dossie/nogueira94/nog94-cons-washn.pdf)>. Acesso em 03/08/14.
- BCB – BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Taxas de câmbio*. Brasília: BCB, *on line*, 2016. Disponível em <<http://www4.bcb.gov.br/pec/taxas/port/ptaxnpsq.asp>>. Acesso em 27/5/2016.
- BELLUZZO, Luiz G & GALÍPOLO, Gabriel. Meias verdades sobre a crise e o Brasil: no pós-impeachment do sufrágio universal, a sociedade não cabe no orçamento, dizem os socialites. *Economia. Carta Capital. On line*, 2016. Disponível em <<http://www.cartacapital.com.br/revista/902/meias-verdades>>. Acesso em 25/05/2016.
- BISPO, Nelsivan Gonçalves; CUNHA, Rafael Cardoso & MENEGAZZO, Luciano Ricardo. Verificando a hipótese da desindustrialização pela ótica da pauta de importação e câmbio. *Revista NECAT – Núcleo de Estudos de Economia Catarinense – Ano 3, nº 5, p. 49-70, Jan-Jun, 2014*.
- BLACKABY, F. T. *De-industrialisation*. Heinemann Educational Books: London, 1978.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Desindustrialização e doença holandesa*. Dinheiro. *Jornal Folha de São Paulo*, 09/04/2007. Também disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0904200705.htm>>. Acesso em 15/09/2014.
- CARNEIRO, Ricardo de Medeiros. *Commodities, choques externos e crescimento: reflexões sobre a América Latina*. Serie macroeconomia del desarrollo, n. 117. Santiago, Chile: CEPAL, 2012.
- CASTRO, Antônio Barros de. *No espelho da China*. Mimeo, 2007.
- CHANG, Ha-Joon. *23 Things They Don't Tell You About Capitalism*. Allen Lane, London, 2010.
- CHESNAIS, François. A proeminência da finança no seio do ‘capital em geral’, o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital. In: *A Finança Capitalista*. São Paulo: Alameda, 2010, pp. 95-182.

DELFIM NETTO, Antônio. *O ajuste*. Opinião. Jornal Folha de São Paulo, 10/09/2014. Também disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/antoniodelfim/2014/09/1513611-o-ajuste.shtml>> Acesso em 20/09/2014.

\_\_\_\_\_. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: UNESP, 2004.

DEPECON – DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISA ECONÔMICAS. Perda de participação da indústria de transformação no PIB. Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). *On line*. Maio/ 2015. Também disponível em <<http://www.fiesp.com.br/arquivo-download/?id=191508>>. Acesso em 20/05/2016.

EICHENGREEN, Barry. *Privilégio exorbitante*. A ascensão e queda do dólar e o futuro do Sistema Monetário Internacional. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

FUNCEX – FUNDAÇÃO CENTRO DE ESTUDOS DO COMÉRCIO EXTERIOR. *Importações e exportações – quantum*, 2016.

FURTADO, Celso. *A Pré-Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro. Civ. Brasileira, 1967

KALECKI, Michael. *Teoria da Dinâmica Econômica: ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KEYNES, J. M. *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo, Nova Cultural, 1985.

IBGE – INSTITUTO NACIONAL DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Contas Nacionais Trimestrais*. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/defaulttabelas.shtm>>. Acesso em 20/5/2016.

\_\_\_\_\_. *Produção Industrial – Empresas*, vários anos. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/pia/empresas/2013/defaulttabzip.shtm>>. Acesso em 20/5/2016.

\_\_\_\_\_. *Produção Industrial Mensal*. Conteúdo Indicadores Econômicos Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

LAMONICA, Marcos Tostes & FEIJÓ, Carmem Aparecida. Indústria de transformação e crescimento. uma interpretação para o desempenho da economia brasileira nos anos 1990 e 2000. In. Revista Economia & Tecnologia (RET). Volume 9, Número 1, p. 20-40, Jan/Mar 2013, p. 95-116. Também disponível em <<http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/revista/Volume%209%20n%201/Versao%20final.pdf>>. Acesso em 27/06/2014.

LACERDA, Antônio Corrêa de. *Globalização e investimento estrangeiro no Brasil*. 2.e São Paulo: Saraiva, 2004.

LACERDA, Antônio Corrêa de & NOGUEIRA, Rodrigo Hisgail de Almeida. *Novas evidências sobre os impactos da valorização cambial na estrutura produtiva brasileira*. São Paulo: In Seminário PUC/SP, 2008. Disponível em <[http://www.pucsp.br/eitt/downloads/vi\\_ciclo\\_lacerda\\_novas\\_evidencias.pdf](http://www.pucsp.br/eitt/downloads/vi_ciclo_lacerda_novas_evidencias.pdf)>. Acesso em 17/6/2014.

LAPLANE, Mariano. *Políticas de competitividade no Brasil e seu impacto no processo de integração no MERCOSUL*. Santiago, Chile: CEPAL, 2005. Disponível em <<http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/5/23855/DocSerieW3.pdf>>. Acesso em 27/06/14.

MDIC – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. *Exportação Brasileira dos Setores Industriais por Intensidade Tecnológica*. 2016.

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego. *Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)*. São Paulo: MTE, 2016. Disponível em <<http://portal.mte.gov.br/rais/estatisticas.htm>>. Acesso em 20/05/2016.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à Razão Dualista – O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2011.

OLIVEIRA, Gesner & TUROLLA, Frederico. Política Econômica do segundo governo FHC: mudança em condições adversas. In: *Tempo Social – USP*, Nov./2003, p. 198-217.

OREIRO, José Luis & MARCONI, Nelson. Teses equivocadas no debate sobre desindustrialização e perda de competitividade da indústria brasileira. *Revista NECAT – Núcleo de Estudos de Economia Catarinense – Ano 3, nº 5*, p. 24-48, Jan-Jun, 2014.

- PALMA, José Gabriel. Quatro fontes de desindustrialização e um novo conceito de doença holandesa. *Conferência de Industrialização, Desindustrialização e Desenvolvimento*, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Agosto de 2005. Disponível em <[http://macrodesenvolvimento.files.wordpress.com/2013/06/520-20quatro20fontes20\\_2\\_.pdf](http://macrodesenvolvimento.files.wordpress.com/2013/06/520-20quatro20fontes20_2_.pdf)>. Acesso em 25/06/2014.
- ROWTHORN, Robert; WELLS, John. R. *De-industrialisation and Foreign Trade*. Cambridge University Press, Cambridge, 1987.
- SAWAYA, Rubens. R. *Subordinação Consentida: capital multinacional no processo de acumulação da América Latina e o Brasil*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2006.
- SHAFIYEDDIN, S. M. *Trade Liberalization and Economic Reform in Developing Countries: Structural Change Change or De-Industrialization? Discussion Paper n° 179*, April. Geneva: United Nations Conference on Trade and Development, 2005.